

A REFORMA E O MINISTÉRIO PASTORAL.

I- INTRODUÇÃO

a- A mudança na eclesiologia, na soteriologia e na missão.

A reforma mudou completamente a forma, a prática e o conteúdo ministeriais da Igreja, alterando profundamente o ministério pastoral, especialmente nas áreas da docência, da regência e da proclamação; fatos que destacaremos no final desta palestra.

b- O renascimento do mundo:

A cartografia do globo modificava-se rapidamente com as descobertas de Colombo e Cabral;

Os horizontes geográficos alargavam-se extraordinariamente;

Gutenberg (1450) registrara a máquina da tipografia e da imprensa, possibilitando a divulgação das idéias renascentistas e a propagação da Bíblia impressa em vários volumes;

A versão grega do Novo Testamento (*textus receptus*), feita por Erasmo, em tempos de redescoberta da língua dos filósofos gregos;

Sua divulgação foi rápida; a volta aos clássicos da filosofia helênica e à patrística;

A disseminação dos estudos do grego e do hebraico, principalmente por Erasmo e Reuclin;

A retomada das línguas nacionais como o italiano, o francês, o inglês, o alemão e o espanhol, para divulgação das obras dos reformados;

As viagens marítimas, que levavam as novas idéias a todos os continentes; a lenta queda do latim como língua oficial do clero;

O surgimento de empregos nas atividades impressoras, comerciais, marítimas, artesanais e industriais;

O sentimento de liberdade, que dominava os povos;

A ância de mudança dos velhos sistemas de dominação cultural, social e política; O aparecimento de mentes brilhantes como Lutero, Melancton e Calvino:

Tudo favoreceu o movimento renascentista e, no seu bojo, a Reforma da Igreja, sua estruturação e continuidade.

Para que se tenha uma idéia: até o fim do século XV e os limiars do século XVI, somente duas profissões de destaque, do ponto de vista financeiro, existiam, e eram muito disputadas: *a carreira das armas e a carreira monástica*; as outras eram reputadas de baixa categoria, embora fossem social e economicamente mais úteis. O ideal era o ascetismo, isto é, a fuga do mundo, a reclusão, a auto-depreciação do corpo, e a prática sistemática da meditação solitária.

Deus, à semelhança da preparação para a vinda de seu Filho, preparou o mundo para a Reforma¹

A Reforma introduziu na teologia reformada três supremacias capitais e três suficiências básicas. Ei-las:

>**Supremacia das Escrituras sobre a tradição.**

>**Supremacia da fé sobre as obras.**

>**Supremacia da Igreja sobre o clero.**²

>**Suficiência de Cristo.**

>**Suficiência da fé.**

>**Suficiência das Escrituras.**

II- OS TRÊS FUNDAMENTOS DA REFORMA:

II.1- A supremacia das Escrituras sobre a tradição:

Estas supremacias desmontaram o castelo eclesiástico do catolicismo medieval, que firmava grande parte de seus dogmas na tradição oral da Igreja e nos escritos de pais católicos: filósofos e papas; estes, supostos sucessores de Pedro. Para o catolicismo pré e pos-tridentino a tradição tinha e tem o mesmo nível de autoridade das Escrituras, pois ambas, segundo se acreditava, e ainda se acredita, foram dadas por inspiração do Espírito Santo. Segundo a concepção romana, os dogmas tradicionais, tanto quanto as Escrituras, são patrimônios da Santa Sé, guardiã da verdade revela e produtora de novas revelações.

A Reforma escolheu a Bíblia da impureza da tradição, declarando sua autoridade, exclusividade e suficiência em matéria de fé e de moral cristãs. Sua palavra é definitiva e credível sobre fatos e doutrinas revelados. A Reforma sustenta que somente a Escritura Sagrada é parâmetro de fé e de conduta, bem como fonte de todas as doutrinas da verdadeira Igreja de Cristo. A Bíblia, assim crida, foi colocada nas mãos da população pelo ex-monge Lutero. O povo, ávido de Deus e de sua palavra, abeberou-se abundantemente dos ensinamentos escriturísticos, promovendo a mais santa das revoluções culturais e religiosas de que se tem notícia. O cristianismo, em consequência de tal revolução, dividiu-se em dois estágios distintos: o de antes e o de posterior à Reforma.

O bibliocentrismo desacreditou e enfreqüeceu o “magistério eclesiástico”, que tinha, e ainda tem, a pretensão de falar em nome de Deus e em seu lugar, como “representante de Cristo” na terra.

A leitura da Bíblia ajudou, e muito, a mudar o curso da história e a fornecer uma nova visão da natureza, do mundo, do universo e do próprio

homem, todos criados por Deus e de maneira profundamente equilibrada, harmônica, eficaz e benéfica. O ser humano, ao perceber que todos são imagens e semelhanças do Criador, passou a valorizar-se, a dignificar-se e a produzir mais e melhor, sabendo que o fazia para glória de seu Criador. A frugalidade; a total abstinência de vícios, inclusive os sexuais; a honestidade profissional; a fidelidade conjugal; o cristocentrismo, em conjunto, promoveram a reconquista da moralidade social, a solidificação da família e a pureza da Igreja em todas nações reformadas. A Bíblia, retirada dos altares, liberta do latim clerical, colocada nas mãos de todos, nobres e plebeus, revolucionou o mundo.

II.2- A supremacia da fé sobre as obras.

A Reforma sustentou, em termos claros e contundentes, a doutrina da graça, afirmando que a salvação nos é dada gratuitamente por Deus, embora tenha custado muito a Jesus Cristo, que a conquistou para nós por sua morte vicária (cf Rm 3. 28; Ef 2. 8-10). A gratuidade da redenção chega à nossa mente e ao nosso coração pelo dom da fé salvadora por meio da operação do Espírito Santo. Tudo, portanto, vem de Deus. O homem verdadeiramente livre, autêntico e autenticamente humano, é o regenerado, aquele que teve seu cérebro e seu coração restaurados e reconstruídos por Deus mediante o Espírito. O altar de tais renovações regeneradoras é a cruz de Cristo, onde nosso velho homem foi sacrificado na pessoa do Cordeiro, nascendo em seu lugar uma nova criatura. Tudo isso, porém, teria ficado no Calvário se o Espírito não o tivesse aplicado em nós, trabalhando a nossa consciência e nos reconciliando com o Pai celeste. Conclusão: Somente pela graça da fé redentora somos unidos a Cristo, o nosso Salvador; e exclusivamente pela iluminação do Espírito Santo entendemos a Palavra de Deus, incorporamo-la à nossa vida interior e a aplicamos nos nossos atos externos.

Para o romanismo dos tempos da reforma, e também o de hoje, a fé não é suficiente, pois sem as boas obras, perde a eficácia justificadora. O esquema é o seguinte: Deus dá a fé como princípio; e pede as obras como meio de realização. Assim, “fé + obras” operam a salvação. Dessa maneira, “uma boa ação” pode eliminar “um ato pecaminoso”. Concluindo: Para o católico romano, a misericórdia divina da fé estabelece o clima, a condição e a base para as práticas das obras pias e caritativas. Obras pias são as devoções místicas à Igreja: missas, rezas, comunhões, confissões auriculares, crença no poder intercessor do clero e generosidade para com a Igreja. Obras caritativas são as praticadas em benefício do próximo, especialmente dos pobres. A virgem e os “santos” por terem praticado boas ações além do necessário, podem aplicar “as bênçãos” do excedente aos seus devotos carentes de boas obras: obras super-rogoratórias.

Para os reformadores e para nós, a fé em um Deus caridoso e benevolente gera no crente o desejo de ser também caridoso e benevolente para com os necessitados e desvalidos. O servo de Deus pratica boas obras “por ser salvo e crente”; não para “ser salvo” e “santo”. Desse modo, demonstra-se a fé pelas obras (Tg 3. 14-24). As obras do regenerado não são meios salvadores. O princípio de que “Deus opera pela dádiva da fé e o homem coopera pela crença e pelas obras” é puro pelagianismo. Para os reformados, Deus é tudo (tudo mesmo) em todos os eleitos: Salva, santifica e habilita para o amor a Cristo e ao próximo.

II.3- A supremacia do povo sobre o clero.

Lentamente, ao longo da idade média, e em desvios sucessivos, a autoridade passou das Escrituras para a Igreja; da Igreja para o clero; do clero para o papa. O primeiro passo foi o enfraquecimento da Bíblia. Paralelamente a ela colocaram-se a tradição e o magistério clerical. A teologia da Santa Sé firmava-se no tripé sacramentado: Bíblia, tradição e magistério sacerdotal. Deus, em conseqüência de tal trilogia revelacional ficou distante do povo. Em seu nome falava e agia o clero. Vê-se que a autoridade passou de Deus para o clero (papa, bispos e padres), concentrando-se, posteriormente, na pessoa infalível do papa, dogma promulgado em 1870 sob Pio XI, o primeiro “legalmente” infalível. O poderoso múnus intercessor mediatorial urdia-se da seguinte maneira: O Papa ungia os bispos; estes ungiam os padres; os padres mediavam entre Deus e o povo. Não havia, pois, possibilidade de salvação dos leigos, a não ser por mediação do clero. Somente quem recebia o sacramento da ordenação era agraciado com o Espírito Santo e dotado com o poder das chaves de Cristo, ficando credenciado para perdoar pecados dos fiéis e anatematizar os hereges. O leigo, então, ficava submisso ao clero, sem acesso pessoal ao Pai celeste e ao seu perdão direto.

A reforma afastou os poderes da tradição e do clero, estabelecendo acesso livre às Escrituras (livre exame, não livre arbítrio ou livre interpretação) e comunhão direta com Deus, sem interposição de quem quer que seja. A reforma, pois, gerou a gratíssima doutrina do “sacerdócio universal de todos os crentes” (cf I PE 2. 9,10). O povo de Deus com a Bíblia na mão e Deus no coração regozijava-se em Cristo e proclamava o Evangelho da graça. O muro clerical, que separava a massa leiga do Salvador, foi demolido, caindo estrepitosamente, cuja poeira se viu e sentiu-se em todos os continentes. O livre exame possibilitou o livre arbítrio; e este, a livre interpretação. A igreja, em conseqüência, fragmentou-se, mas a Palavra de Deus foi e está sendo divulgada, e os ventos da reforma não cessam de soprar, agitando mentes, corações e vidas em todas as partes do mundo.

Os três primados referidos fundamentam a fé confessional e o ministério reformado.*

* Para redação desta parte, vali-me das argumentações de Eduardo Carlos Pereira em Problema Religioso da América Latina (obra citada), e de David S. Schaff em Nossa Crença e a de Nossos Pais, Imprensa Metodista, SP, 1964, 2ª Edição.

IV- AS TRÊS SUFICIÊNCIAS FUNDAMENTAIS

A docência da Igreja reformada e sua confessionalidade apoiam-se em três suficiências, como já foi dito: **Suficiência de Cristo; suficiência da fé; suficiência das Escrituras.** Todas as suficiências são vistas à luz da insuficiência do homem, que foi totalmente inabilitado pela queda (Rm 3.23; I Jo 1.8-10; Sl 51.5). Diante da graça, todos os membros do corpo de Cristo, a Igreja, são absolutamente iguais, clérigos e leigos. Os pastores são apenas docentes, condutores pastorais do rebanho de Cristo, e proclamadores do Evangelho; tudo sem qualquer poder mediador entre as ovelhas e o supremo Pastor. O poder regencial do povo de Deus reside nos concílios, não em indivíduos, mesmo que estes tenham o encargo de presidentes conciliares.

IV- A SUFICIÊNCIA DE CRISTO.

A Reforma diz: Cristo é o cabeça da Igreja. Roma: O cabeça da Igreja é o Papa. A Reforma: “onde está Cristo, aí está a Igreja. Roma: “onde está a Igreja, aí está Cristo”. Os reformados, portanto, são cristocêntricos. A nossa cristocentricidade é abrangente e absoluta. Para nós, Cristo é o centro da criação, da revelação, da redenção, da mediação e da consolação. Tudo procede dele, converge-se para ele, centraliza-se nele. Comprovemos isto com alguns textos bíblicos:

IV.1- Cristo, centro da criação: *Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez (Jo 1.3).*

Pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele. Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste (Cl 1.16,17).

IV,2- Cristo, centro da revelação: *Porque eu desci dos céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim, a vontade daquele que me enviou (Jo 6.38).*

Porque eu não tenho falado por mim mesmo, mas o Pai, que me enviou, esse me tem prescrito o que dizer e o que anunciar (Jo 12. 49 cf Jo 14.10).

Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra. Agora, eles reconhecem que todas as coisas que me tens dado provêm de ti; porque eu lhes tenho transmitido as palavras que me deste, e eles as receberam, e

verdadeiramente conheceram que saí de ti, e creram que tu me enviaste (Jo 17,6-8).

Tudo me foi entregue por meu Pai. Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar (Mt 11.27).

Pois o enviado de Deus fala as palavras dele, porque Deus não dá o Espírito por medida. O Pai ama o Filho, e todas as coisas tem confiado às suas mãos (Jo 3.34,35).

Jesus, portanto, sendo substancialmente igual ao Pai, veio ao mundo como seu revelador: revelação da pessoa do Pai, de sua vontade e de seus propósitos.

IV.3- Cristo, centro da redenção:

Ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor, no qual temos a redenção, a remissão dos pecados (Cl 1.13,14 cf Ef 1.3-8).

E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos (At 4.12).

Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14.6).

Porque Deus amou mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna (Jo 3.16).

Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos (Gl 4. 4,5).

Sabendo que não foi mediante coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram, mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo (I Pe 1.18,19)

Fora de Cristo não há salvação; fora de seu corpo, a Igreja, não há salvo. Deus, segundo seu beneplácito e soberana vontade, salva-nos por meio de seu Filho, o Cordeiro imaculado, o único que, sendo verdadeiramente homem, não pecou, ficando habilitado e credenciado para expiar, no altar do Calvário, os nossos pecados. Deus em Cristo criou nova humanidade, que peregrina em direção à mansão celestial.

IV.4 Cristo, centro da mediação:

Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem (I Tm 2.5).

Por isso mesmo ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões, que havia sobre a

primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados (Hb 9. 15).

E a Jesus, o Mediador da Nova Aliança, e ao sangue da aspersão que fala coisas superiores ao que fala o próprio Abel (Hb 12.14).

Ora, tudo provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação (II Co 5.18)

Porque, se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida (Rm 5.10).

Cristo, não somente é o Mediador da redenção e da aliança, ligando-nos Pai celeste pelos seus santíssimos braços estendidos na cruz, mas é também o Mediador das nossas orações. O Pai nos ouve pela mediação do Filho; daí, a necessidade de fazer oração em “nome de Jesus”: *E tudo quanto pedirdes em meu nome, isso farei, a fim de que o Pai seja glorificado no Filho. Se me pedirdes alguma coisa em meu nome, eu o farei (Jo14.13,14 cf Jo15.16: Jo 16.23).* Algumas pessoas têm o hábito de orar “pelos méritos de Cristo”. Quem atribui méritos super-rogoratórios a Cristo, à Virgem e aos “santos” é o romanismo. Tais méritos acumulados podem ser, segundo a crença romana, colocados a serviço e em benefício dos devotos do santo rogado. O certo, para nós, evangélicos, é orar em nome de Cristo, conforme a sua determinação.

IV.5- Cristo, centro da consolação e do aconselhamento:

Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso Conselheiro, Deus forte, Pai da eternidade, Príncipe da paz (Is 9.6).

E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco; o Espírito da verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê, nem o conhece: mas vós o conheceis, porque ele habita convosco e estará em vós. Não vos deixarei órfãos, voltarei para vós (Jo 14.16-18 cf Jo 15.26 e 16.7; II Co 1.3; II Ts 2.16).

Jesus convida todos os sobrecarregados e em estado de aflição para receberem nele e por ele a consolação e o alívio: *Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração: e achareis descanso para a vossa alma; porque o meu jugo é suave, o meu fardo é leve (Mt 11.28-30).*

O verdadeiro crente, nos momentos de tristeza, aflição, angústia, sofrimento e incertezas, tem um consolador fraternal e eficiente e um conselheiro eficaz: seu Salvador Jesus Cristo, que está com ele todos os dias (Mt 28.20) e vive no seu interior pelo Paracleto, orando com ele e por ele com gemidos inexprimíveis (Rm 8.26). O filho de Deus tem de confiar em seu Pai celeste, sabendo que sua vida está em suas dadivosas,

benfazejas e protetoras mãos. Cristo não joga minhas culpas, delitos, traumas e frustrações sobre meus pais, sobre a sociedade ou sobre mim mesmo, mas assume, incorpora e suporta todos os meus pecados, expiando-os na cruz como Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo (Jo 1.29).

V- A SUFICIÊNCIA DA FÉ.

A reforma, firmada na teologia paulina, revigorou a doutrina da “justificação² pela fé” em oposição à da “justificação pelas obras” da Igreja romana. No início, não se distinguia bem a “fé justificadora” com outros tipos de fé como, por exemplo, a “fé miraculosa”, aquela que pode existir no agente, no paciente ou em ambos, dependendo de um deles ou dos dois para produzir efeito. Há taumaturgos carismáticos que despertam grande e profunda confiança e submissão dos requisitantes de prodígios; esses não precisam da “fé” dos “fiéis para operarem “milagres”. Há outros menos carismáticos que apelam para a fé de quem os procura, dizendo: Se você tiver fé, a bênção requerida acontecerá. As “curas, geralmente, são de natureza e efeitos psicológicas. A fé, que se convencionou chamar de “fé salvadora” é dádiva graciosa de Deus e opera no eleito de maneira diferente: Ao ser recebida, promove o arrependimento profundo e sincero do pecador; o senso e a certeza de que foi redimido por Cristo; condiciona sua mente para entender a Palavra de Deus e crer nela; cria nele um impulso irresistível, um teotropismo fortíssimo, um desejo intenso de se lançar nos braços do Salvador; gera nele a vontade de servir o Deus de sua fé; faz nascer em sua alma aversão ao pecado; estabelece nele propensão, cada vez mais forte, ao bem; implanta o amor desinteressado a Deus e aos seus irmãos; estimula o crescimento na graça, a santificação; habilita e encoraja sua mente e seu coração para o testemunho cristão e pregação do Evangelho. Portanto, a fé salvadora é tudo na vida do salvo: A visão clara do Redentor, a origem da redenção em Cristo; o conhecimento de Deus por via revelacional, mediante as Escrituras; a justificação, o novo nascimento; o crescimento espiritual; a consagração ao Redentor; a comunhão com Cristo e com seus conservos; a certeza de que foi feito filho de Deus. Não se firma na autoridade, na confiança ou na competência do agente ou do paciente, pois não se origina no indivíduo nem parte dele, mas vem de Deus como dádiva graciosa. Essa fé, uma vez concedida, direciona a “fé confiança”, a “fé certeza”, a “fé psicológica”, a “fé confessional”, a “fé temporal” e a “fé carismática” para Deus e seus propósitos. Isso porque o “ser” da nova criatura passou a pertencer irrestritamente ao Salvador.

A fé salvadora, necessariamente, produz boas obras, como a árvore boa produz frutos bons.

² Justificação é um termo jurídico que significa: Inocentar, declarar justo, inimputar. O papel de justificar cabia ao juiz, árbitro da causa pleiteada contra o réu. Cristo nos justifica perante Deus.

O romanismo ensinava, nos tempos da reforma, que o fiel católico podia ser salvo por fé explícita e implícita na Igreja, isto é, no Clero. O corpo sacerdotal representava o “ser” (esse) da Igreja; os leigos, vinculados ao clero, submissa e confiantemente eram por ele mediados e perdoados, mesmo sem compreensão do que pretendiam e do que faziam. A reforma desviou a fé na Igreja para a fé exclusivamente em Deus. Os teólogos da Santa Sé, pois, infundia na mente do povo que Deus salva por mediação de seus representantes na terra, os sacerdotes. A reforma posicionou-se contrariamente, sustentando: Deus salva diretamente na e pela pessoa de seu Filho, nosso Redentor e Mediador.

Alguns textos probatórios da fé justificadora:

Visto que a justiça de Deus se revela no evangelho de fé em fé, como está escrito: O justo viverá por fé (Rm 1.17 cf HC 2.4; Hb 10.38).

Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei (Rm 3.28).

Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo (Rm 5.1).

Sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei. E sim, mediante a fé em Cristo Jesus; também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois, por obras da lei, ninguém será justificado (Gl 2.16).

Ora, a fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem (Hb 11.1).

O fruto natural da fé, esta misteriosa força de procedência divina que nos vincula a Cristo, são as boas obras. A boa árvore é conhecida pelos seus frutos bons. A fé exterioriza-se em amor a Deus e ao próximo. Tiago, portanto, não contradiz a doutrina da “fé justificadora”, mas procura confirmá-la por meios de seus frutos normais e naturais: as obras justas para a glória de Deus e benefício do semelhante.

VI- A SUFICIÊNCIA DAS ESCRITURAS.

A reforma levantou-se contra dois erros romanos sobre as Escrituras: Primeiro: a Bíblia não é suficiente em matéria de revelação, de fé e de moral; ela é completada pela tradição e pelo magistério clerical que, progressivamente, recebe e transmite a palavra de Deus. Segundo: A Igreja, pela voz do clero, não erra em matéria de fé e de moral. A inerrância da Igreja passou para a inerrância do clero, e deste para o papa, quando fala “ex-cátedra” dogmaticamente.

A reforma sustentou não somente a exclusividade da Bíblia em matéria de revelação divina, mas lhe reconcedeu o princípio da inerrância. Pregou que a Igreja deve crer na infalibilidade da Palavra de Deus consubstanciada na Escritura, não na infalibilidade do clero ou do papa. Ela se autentica a si mesma e por si mesma demonstra sua capacidade e

autoridade docente, seu poder disciplinar e sua potência régia. Eis alguns textos que demonstram tanto a excelência como a eficiência das Escrituras dadas por Deus e inspiradas pelo Espírito Santo:

Examinais as Escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna. E são elas mesmas que testificam de mim (Jo 5.39).

Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça (II Tm 3.16).

Porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens [santos] falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo (II Pe 1.21).

Outra razão ainda temos nós para incessantemente dar graças a Deus: é que, tendo vós recebido a palavra que de nós ouvistes, que é de Deus, acolhestes, não como palavra de homens, e, sim, como, em verdade é, a palavra de Deus, a qual, com efeito, está operando eficazmente em vós, os que credes (I Ts 2.13). Consultem ainda: Gl 1.11-12; Lc 24.27,44; Rm 3.2; Jô 16.13,14; I Co 2.6 -12; Cl 3.16; Rm 15.4; MT 22.29,31.

VII- O MINISTÉRIO DA IGREJA REFORMADA.

VII.1 O ministério da Igreja Reformada passou da salvação sacramental para a salvação pela graça em Cristo.

VII.2-Passou da tradição e das obras para a fé e a graça.

VII.3-Passou do clero para o povo (I PE 2.9,10).

VII.4-Passou da unidade no clero para a unidade em Cristo (Jô 15.1,2;

VII.5-Passou da confissão auricular para a confissão a Deus diretamente.

VII.6 Passou do auxílio do clero para o auxílio mútuo (Gl 6.2; I Ts 4.18; II Co 13. 11).

VII.7- Passou dos sacramentolatria para os “meios de graças”.